

**AGÊNCIA AMAZONENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E
AMBIENTAL – AADESAM**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº
003/2024/CPSS/AADESAM**

PROJETO AMAZONAS MAIS – IPAAM

Gabarito – Prova 01

01) Segundo a Lei 6.938/81 que trata sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, esta afirma que tem por objetivo a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, buscando viabilizar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, mas para isso, necessita atender alguns princípios, disserte quais.

Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; acompanhamento do estado da qualidade ambiental; recuperação de áreas degradadas; proteção de áreas ameaçadas de degradação; educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

02) Quais os estados que fazem parte da Amazônia legal, de acordo com a lei 12.651/12?

Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13º S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão.

03) Discorra sobre o que é o Cadastro Ambiental Rural – CAR, conforme a Lei 4.406/2016.

É o registro público eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico.

O CAR tem o objetivo de incentivar e fomentar o cumprimento da legislação florestal e ambiental, notadamente no que diz respeito à manutenção e à recuperação das Áreas de Preservação Permanente, das áreas de Reservas Legais e ao uso sustentável dos imóveis rurais. A inscrição no CAR é obrigatória a todas as propriedades e posses rurais do Estado do Amazonas.

04) A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. Cite 03 dos princípios citados na Lei nº 12.305/10.

A prevenção e a precaução; o poluidor-pagador e o protetor-recebedor; a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública; o desenvolvimento sustentável; a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta; a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade; a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania; o respeito às diversidades locais e regionais; o direito da sociedade à informação e ao controle social; a razoabilidade e a proporcionalidade.

05) Como a Lei Nº 12.651/2012 aborda a questão da regularização ambiental das propriedades rurais e quais são os instrumentos econômicos e financeiros previstos para incentivar a preservação e recuperação da vegetação nativa?

A Lei Nº 12.651/2012 introduziu o Cadastro Ambiental Rural (CAR), um registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais, que visa integrar as informações ambientais das

propriedades e posses rurais. O CAR é um instrumento fundamental para a regularização ambiental, pois permite o monitoramento e a fiscalização das áreas de preservação e uso sustentável³. Além disso, a lei prevê incentivos econômicos e financeiros, como créditos e subsídios, para promover a recuperação de áreas degradadas e a adoção de práticas agrícolas sustentáveis. Esses incentivos são destinados a fomentar a preservação da vegetação nativa e a recuperação de áreas desmatadas, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e econômica das propriedades rurais.

Para maiores informações e esclarecimentos, a CPSS poderá ser acionada através do e-mail: suporte.pss@aadesam.org.br.

Manaus, 02 de setembro de 2024.

Comissão do Processo Seletivo Simplificado - CPSS